

Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, 18 de outubro de 2024 • Nº 1913 • R\$ 1,00

www.diariooacionista.com.br

SEGUNDO TRIMESTRE

Produtividade na indústria recua 0,3%

A produtividade do trabalho na indústria de transformação brasileira voltou a cair, embora em ritmo menor, revela a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Segundo a pesquisa Produtividade na Indústria, o indicador recuou

0,3% no segundo trimestre, após cair 1,4% no primeiro trimestre do ano. O indicador expressa a razão entre o volume produzido e o número de horas trabalhadas. De abril a junho, a produção industrial subiu 0,9%, mas as horas traba-

lhadas aumentaram 1,3%. Apesar da queda, a CNI considera que o recuo de 0,3% na produtividade do trabalho significa estabilidade. De acordo com a CNI, a produção manteve o ritmo de crescimento no segundo trimestre. **PÁGINA 2**

ELEIÇÕES 2024

Em mais de 700 cidades não teve mulher eleita

Nas eleições municipais deste ano, 775 municípios brasileiros não elegeram nenhuma mulher para a Câmara Municipal, de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Isso significa que aproximadamente 1 em cada 7 municípios não contará com representação feminina no Legislativo local. O número, apesar de ainda significativo, diminuiu com relação à última eleição, de 2020, quando 929 cidades ficaram sem nenhuma vereadora. Neste ano, o Estado de Minas Gerais liderou a eleição de vereadoras, com 1,3 mil mulheres escolhidas nas urnas. Em seguida vem São Paulo, com 1,2 mil. Roraima teve o menor número de representantes, elegendo apenas 40 mulheres para os Legislativos municipais. O Amapá vem logo atrás, com 41 eleitas, segundo o TSE. O percentual de mulheres eleitas para as Câmaras Municipais no Brasil teve um avanço tímido nesta eleição. Em 2020, 83,87% das cadeiras foram ocupadas por homens e 16,13% por mulheres. **PÁGINA 5**

APAGÃO EM SP

Setor Elétrico: especialistas apontam falência de modelo de privatização



BETH SANTOS/PR

Especialistas ouvidos pela Agência Brasil apontam a falência do modelo de privatização do setor de distribuição elétrica no Brasil e a falta de planejamento da empresa concessionária Enel e da prefeitura como determinantes na demora da restauração da energia elétrica na capital paulista. Um apagão, iniciado na última sexta-feira, ainda

atinge parte da capital paulista. De acordo com o engenheiro eletricista Ikaro Chaves, a deterioração da qualidade da prestação de serviço na distribuição de energia elétrica, como observada em São Paulo, evidencia a falência do modelo do setor elétrico brasileiro, baseado na privatização e na regulação estatal do setor. **PÁGINA 3**

DG

Tribunal do Júri absolve PMs por morte de dançarino

PÁGINA 6

JOGATINA

RICARDO STUCKERT



Lula diz que pode acabar com apostas de bets se regulação falhar

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (foto), sugeriu, ontem, que pode "acabar" com as apostas eletrônicas caso a regulamentação do setor se mostre insuficiente para controlar a quantidade de recursos investidos e o vício da população. "Tínhamos duas opções: ou acabava definitivamente ou a gente regulava. A gente optou pela regulação. Nesta semana, mais de 2 mil bets saíram do ar. Vamos ver se a regulação dá conta. Se der conta, está resolvido o problema. Se não der conta, eu acabo, para ficar bem claro", declarou. E completou: "Não tem controle do povo mais humilde, criança com celular na mão fazendo aposta. Não queremos isso." **PÁGINA 3**

GUERRA NO ORIENTE

Tropas de Israel matam outro líder do Hamas

PÁGINA 6

INDICADORES

IBOVESPA: -0,73% / 130.793,41 / -956,31 / Volume: R\$ 17.680.106.928 / Negócios: 3.450.679						Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.412,00	IGP-M	0,62% (set.)	EURO turismo	Compra: 6,2139	Venda: 6,3939	
Mais Negociados						Majores Altas		Majores Baixas		UFIR-RJ	IPCA 15	CDI	DÓLAR Ptax - BC		
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Fechamento	%	(18/09)	(18/09)	Compra: 5,6758	+0,02%	
HAPVIDA ON ATZ NM	3,72	-3,63	-0,14	PANATLANTICAON	30,00	+22,45	+5,50	BAUMER ON	12,91	-19,31	-3,09	10,75%	10,65%	Compra: 5,6590	Venda: 5,6596
PDG REAL ON NM	0,01	0,00	0,00	SANTANENSE PN	1,10	+8,91	+0,09	SANTOS BRP ON NM	12,90	-12,42	-1,83	0,0737%	R\$ 492,35	Compra: 5,7078	Venda: 5,8878
BRADESCO PN NI	15,20	+0,66	+0,10	BOMBRIL PN	2,69	+8,03	+0,20	COPEL PNA N2	11,60	-9,02	-1,15	0,5741%	Compra: 6,1276	Venda: 6,1283	
B3 ON NM	10,72	-2,37	-0,26	SANSUY ON	12,15	+7,52	+0,85	GRUPO SBF ON NM	13,55	-7,63	-1,12				
PETROBRAS PN N2	36,93	-0,75	-0,28	PANATLANTICAPN	31,50	+6,78	2,00	ATOMPAR ON	2,48	-6,42	-0,17				
									Dow Jones	43.239,05	+0,37				
									S&P 500	5.841,47	-0,02				
									NASDAQ Composite	18.373,609	+0,04				
									Nasdaq 100	20.190,424	+0,08				
									Euronext 100	1.486,03	+0,94				
									CAC 40	7.583,73	+1,22				

MERCADOS



Bolsa interrompe série positiva e cai 0,73%, aos 130,7 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Em sessão sem catalisadores para estender a série positiva, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) operou na contra-mão de Nova York e fechou em baixa de 0,73%, aos 130.793,41 pontos, após três ganhos seguidos. Ontem, saiu de máxima na abertura aos 131.715,84 pontos e, no pior momento, operou abaixo dos 130 mil, a 129.901,94. Enfraquecido após o vencimento, na quarta-feira, passada de opções sobre o índice, o giro caiu a R\$ 17,8 bilhões. Na semana, o Ibovespa (Índice Bovespa) ainda sobe 0,62%, com perda no mês a 0,78% - no ano, cede 2,53%.

Entre as ações de maior peso e liquidez, poucos nomes conseguiram se descolar do sinal do Ibovespa ontem, como Itaú (PN +0,2%) e Bradesco (ON +0,45%, PN +0,66%). Vale ON, a principal ação do Ibovespa, cedeu 2,53%, após ganho de 1,91% na sessão anterior. A ação da mineradora foi impactada pela forte correção nos preços da commodity, em

queda de 6% em Dalian, na China, e de mais de 4% em Cingapura, ante a frustração do mercado em relação à falta de medidas de estímulo adicionais na economia chinesa.

Petrobras, por sua vez, com a ON em baixa de 0,47% e a PN, de 0,75%, no fechamento, não acompanhou a leve recuperação do petróleo, que subiu nesta quinta após quatro sessões no negativo Na ponta perdadora do Ibovespa, destaque para Hapvida (-3,63%), Yduqs (-3,59%) e Hypera (-3,06%). No lado oposto, BRF (+2,66%), Marfrig (+2,54%) e Brava (+2,21%).

DÓLAR

O dólar inverteu o sinal nos últimos minutos da sessão de ontem, passando a ceder por causa de um movimento de ajuste.

No segmento à vista, o dólar caiu 0,1%, a R\$ 5,6596. Às 17h44, o contrato para novembro recuava 0,28%, a R\$ 5,662.

Pela manhã, a divisa norte-americana chegou a tocar os R\$ 5,688, na máxima intradia.

SÃO PAULO

Confiança do consumidor recua 7,1% em setembro

ANNA SCABELLO/AE

A confiança dos paulistanos recuou 7,1% em setembro - de 132,6 para 123,2 pontos -, na comparação com igual mês de 2023, segundo o Índice de Confiança dos Consumidores (ICC), da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). Na margem, o ICC também apresentou retração de 3,2%.

Nas variáveis que compõem o indicador, o Índice de Expectativa do Consumidor (IEC) recuou 12,6%, no interanual, e 4,4%, em relação ao mês anterior. Enquanto o Índice de Condições Econômicas Atuais (ICEA) cresceu 3,5% no interanual, mas retraiu 1% em comparação ao mês anterior.

De acordo com a federação, um conjunto de fatores explica o resultado. "O principal é a incerteza quanto ao ambiente econômico do País, que afeta diretamente as expectativas das famílias sobre as condições econômicas futuras", destaca.

A FecomercioSP aponta que, apesar de o emprego crescer no País, isso reflete a frustração dos paulistanos em relação às perspectivas econômicas devido ao aumento dos preços. Somado a isso, os juros mais altos também tornam o crédito mais caro, o que dificulta o consumo de bens, inclusive de bens duráveis. "O índice atual sugere uma desaceleração econômica que ain-

da não se concretizou totalmente", ressalta a federação.

CONSUMO

O Índice de Consumo das Famílias (ICF), da FecomercioSP, também apresentou recuo de 4,2%, na comparação interanual, uma vez que os consumidores estão mais cautelosos, sobretudo nos lares de menor renda.

As variáveis "perspectiva de consumo" e "perspectiva profissional" caíram, respectivamente, 17,9% e 12%, em relação a setembro de 2023. Na comparação mensal, as maiores quedas foram vistas em "perspectiva de consumo" (-5%) e "nível de consumo atual" (-4%). Com o aumento dos custos e a inflação ainda presente, as famílias estão menos confiantes em realizar compras futuras, especialmente de bens que não são essenciais. Também apresentaram quedas "acesso ao crédito" (-2,8%) e "momento para duráveis" (-1,2%).

Por faixa de renda, lares com menos de dez salários mínimos são os mais pessimistas, com quedas de 7,7%, no comparativo anual, e 1,2%, em relação a agosto. Por outro lado, as famílias com maior renda registraram altas de 5,6%, no interanual, e 0,2%, na margem.

Apesar de o ICF apontar alta em "renda" (6,2%) e "emprego" (2,3%), isso não foi suficiente para elevar a confiança futura dos paulistanos, segundo a federação.

CNI

Produtividade na indústria cai 0,3% no segundo trimestre

A produtividade do trabalho na indústria de transformação brasileira voltou a cair, embora em ritmo menor, revela a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Segundo a pesquisa Produtividade na Indústria, o indicador recuou 0,3% no segundo trimestre, após cair 1,4% no primeiro trimestre do ano.

O indicador expressa a razão entre o volume produzido e o número de horas trabalhadas. De abril a junho, a produção industrial subiu 0,9%, mas as horas trabalhadas aumentaram 1,3%. Apesar da queda, a CNI considera que o recuo de 0,3%

na produtividade do trabalho significa estabilidade.

De acordo com a CNI, a produção manteve o ritmo de crescimento no segundo trimestre, enquanto as horas trabalhadas continuaram a crescer, mas em ritmo menor que no trimestre anterior. Isso, segundo a confederação, indica a estabilidade do indicador.

Ao medir a produtividade pelo total de trabalhadores, em vez do número de horas, o indicador tem resultados melhores, com alta de 0,4% no segundo trimestre. Segundo a CNI, esse é o melhor resultado nessa medida desde o segundo trimestre de 2022.

Na avaliação da CNI, a expectativa é que a produtividade cresça nos próximos trimestres com o fim dos ciclos de treinamento dos trabalhadores recém-contratados.

Outro fator que deve melhorar a produtividade, informou a CNI, são as medidas recentes do governo federal que criam melhores condições para as empresas investirem na modernização industrial.

A entidade cita as linhas de financiamento do eixo Indústria Mais Produtiva do Plano Mais Produção e a nova lei de depreciação acelerada, regulamentada recentemente.

HISTÓRICO

De 2013 a 2023, a produtividade da indústria brasileira acumulou queda de 1,2%. Esse resultado reflete redução de 16,5% nas horas trabalhadas e redução maior no volume produzido, de 17,4%. A queda concentrou-se nos cinco últimos anos.

Na primeira metade da década, até 2018, a produtividade industrial acumulou crescimento de 7,1%. O ganho, no entanto, foi mitigado pela queda de 7,8% na segunda metade da década. Segundo a CNI, boa parte da queda decorreu da retração da demanda e dos juros altos, que prejudicaram os investimentos da indústria.

BAHIA

Lula volta a rebater críticas a gastos em programas do governo

SOFIA AGUIAR/AE

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, voltou a rebater as críticas em relação aos gastos do governo destinados a programas sociais. Ao falar sobre o Pé de Meia, de incentivo à permanência de estudan-

tes na escola, ele disse que "não importa o quanto custa", mas, sim, que o governo está dando oportunidade para a população estudar.

"Tem muita gente que acha que nós estamos gastando muito dinheiro. Primeiro, eu não acho que é gasto, acho que

é investimento. Segundo, ficaria muito mais caro gastar fazendo cadeia para prender a meninada que não teve oportunidade do que investir na escola", disse Lula ontem, em cerimônia de anúncios para educação na Bahia.

"Por isso, não importa o

quanto custa. O que importa é que nós estamos garantindo que vocês cresçam, aprendam uma profissão, tirem seu diploma universitário, vire doutores e preste serviços a esse País, à família de vocês e à comunidade que vocês vivem", completou o chefe do Executivo.

R\$ 500 MILHÕES

Renovação dos contratos obrigará distribuidoras a quitar multas

RENAN MONTEIRO E LUDMYLLA ROCHA/AE

A renovação da concessão das distribuidoras de energia elétrica no Brasil pode levar à obrigatoriedade do pagamento de R\$ 490 milhões em multas ainda não quitadas, além da renúncia de disputas judiciais.

A previsão consta em cláusula na minuta do termo aditivo para os contratos das concessionárias, que foi proposta pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O tema está em consulta pública até 2 de dezembro e atinge 19 empresas com concessão vencendo entre 2025 e 2031, que representam 60% do mercado de distribuição.

Ambas as condições foram colocadas como critérios para a

renovação das concessões: "a distribuidora deve também comprovar a desistência de ações judiciais conflitantes antes da assinatura do termo aditivo... Propõe-se a inserção de sub cláusula na minuta do termo aditivo que exija que a distribuidora declare ter recolhido todas as multas com trânsito em julgado administrativo", citou a relatora Agnes da Costa em seu voto. Mudanças ainda podem ser feitas ao longo da discussão.

Questionado, o diretor-executivo de Regulação da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Ricardo Brandão, declarou que ainda haverá uma "avaliação jurídica sobre a pertinência" deste e outros temas na minuta em discussão. A posição da entida-

de, disse ele, será apresentada em consulta pública.

Em geral, porém, a maioria das multas aplicadas pela Aneel durante o processo de fiscalização são quitadas. Pela tendência, a judicialização é observada naquelas que possuem valores elevados.

CASO ENEL SP

Só a Enel São Paulo, distribuidora que atua em 24 cidades da Região Metropolitana de São Paulo, teria que abdicar de, pelo menos, duas demandas judiciais, que somam R\$ 261,6 milhões em multas aplicadas - provisoriamente suspensas por determinações judiciais favoráveis à empresa.

Um dos processos envolve a penalidade de R\$ 95,8 milhões,

aplicada no ano de 2022 em função da qualidade do fornecimento do serviço de energia elétrica. Outro processo é de 2023, somando R\$ 165,8 milhões, referente ao apagão na capital paulista no fim do ano passado.

Um processo administrativo na Aneel apura o novo apagão no último fim de semana e uma nova multa poderá ser empregada.

O advogado Guilherme Vinhas, sócio do Escritório Vinhas e Redenschi Advogados, aponta que, apesar de parte das multas aplicadas pela Aneel serem suspensas a partir do questionamento na Justiça, as empresas precisam ter no balanço financeiro a previsão de pagamento dos débitos em caso de perda da disputa jurídica após o trânsito em julgado.

FECOMÉRCIO SP

Índice de estoques sobe 2,7% em outubro ante setembro

GABRIELA JUCÁ/AE

O Índice de adequação dos estoques (IE) na cidade de São Paulo cresceu 2,7% na passagem de setembro para outubro, informou a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP).

Este foi o terceiro mês consecutivo de alta. Na comparação com outubro de 2023, porém, o índice apresentou resultado próximo da estabilidade, de 0,1%.

Em outubro, a proporção de empresários que consideram ter uma situação adequada passou de 56,5% para 58,0%, maior ní-

vel desde maio. Entre os que veem os estoques acima do adequado a proporção passou de 24,2% para 23,6%, enquanto a proporção de empresários que consideram ter estoques abaixo do adequado passou de 19,1% para 18,1% no período.

Entre as grandes empresas, a

proporção dos que veem estoques adequados subiu de 64,2% em setembro para 69,2% em outubro. As empresas desse porte com estoque acima do adequado caiu de 23,2% para 17,6%, enquanto as com estoque aquém do adequado passaram de 11,6% para 12,1%.

Nas pequenas empresas, a proporção dos que veem estoques adequados cresceu de 56,3% para 57,7%. As empresas desse porte com estoque acima do adequado caiu de 24,2% para 23,7%, enquanto as que consideram estoque abaixo do adequado passou de 19,3% para 18,3%.

Diário do Acionista

Tels.: (21)

99122-4278

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

ENERGIA ELÉTRICA

Especialistas apontam falência de modelo de privatização

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

Especialistas ouvidos pela Agência Brasil apontam a falência do modelo de privatização do setor de distribuição elétrica no Brasil e a falta de planejamento da empresa concessionária Enel e da prefeitura como determinantes na demora da restauração da energia elétrica na capital paulista. Um apagão, iniciado na última sexta-feira, ainda atinge parte da capital paulista.

De acordo com o engenheiro eletricitista Ikaro Chaves, a deterioração da qualidade da prestação de serviço na distribuição de energia elétrica, como observada em São Paulo, evidencia a falência do modelo do setor elétrico brasileiro, baseado na privatização e na regulação estatal do setor.

"Ano que vem, faz 30 anos que a primeira distribuidora foi privatizada, que foi a distribuidora do Espírito Santo. Já é tempo suficiente para a gente fazer uma avaliação desse modelo, se deu certo ou se não deu. E eu acho que está mais do que provado que ele não tem funcionado", destacou Chaves.

"A questão principal aqui é

que o modelo faliu. E por que o modelo faliu? Na verdade, porque é evidente: você está falando de um setor monopolista. Não é possível que a concorrência atue do ponto de vista de beneficiar o consumidor", acrescentou.

O engenheiro ressalta que a regulação do setor, executada por uma agência reguladora – que tem como função defender o interesse público no modelo privatizado do setor – também tem se mostrado falha.

"O custo com mão de obra não pode ser incorporado à tarifa. Esse é um custo que tem de ser administrado pela empresa. E, pelo menos, a justificativa que a própria Anel [Agência Nacional de Energia Elétrica] coloca é que isso visa a aumentar a eficiência. E como a concessionária vai aumentar a margem de lucro? Ela só pode aumentar reduzindo despesa. Ela vai reduzir a despesa no pessoal", diz Chaves.

De acordo com o Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, nos últimos seis meses a Enel desligou 227 empregados da área de manutenção, responsáveis pelo religamento da rede de energia.

"Esse modelo não tem funcionado. É um modelo que vai sempre no sentido da precarização do trabalho. E as pessoas esquecem que a manutenção é feita necessariamente por pessoas. Então, a manutenção preventiva, como a troca dos equipamentos, limpeza de isoladores, com a verificação, com termografia, enfim, toda manutenção preventiva é feita por pessoas", diz Ikaro Chaves.

Para o professor do Departamento de Engenharia de Energia e Automação Elétrica da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, José Aquiles Baesso Grimoni, a demora na religação da rede elétrica da capital paulista está relacionada principalmente à falta de coordenação entre a concessionária e a prefeitura.

Segundo ele, o comitê de crise da cidade de São Paulo não funcionou. "A medida que a árvore cai e atinge a rede elétrica, pode ocasionar desligamento e aí você tem que retirar a árvore primeiro para poder fazer a recomposição da rede e energizar todas as casas. Faltou um pouco de coordenação, talvez o comitê de crise. É uma situação emergencial, então todos os en-

volvidos têm que sentar, conversar, planejar e agilizar a recomposição".

O professor ressalta que a solução apontada para os problemas de queda recorrentes de energia enfrentados na capital paulista é o enterramento da rede. No entanto, para realizar esse tipo de alteração, será necessário a atuação federal, estadual e municipal.

"Tem que ter investimento da prefeitura, do estado e do governo federal para fazer esse enterramento, porque se deixar para a distribuidora de energia, ela vai querer repassar esses custos para os consumidores", disse.

Grimoni ressalta que a decisão pelo enterramento da rede elétrica pode enfrentar problemas de ordem política e econômica, já que o procedimento tem custo elevado e não ganha grande visibilidade.

"O problema todo é um pouco essa questão de estar enterrado, não dá voto isso, você não vê, não inaugura. Então, tem um lado político também. O coberto é curto, como dizem. Mas eu acho que o problema não é técnico. O problema é político e econômico".

SICETEL

Camex eleva tarifa de importação de 11 produtos de ferro e aço

WELTON MÁXIMO/ABRASIL

Após mais de um ano de análise, o Comitê Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex) elevou para 25% o Imposto de Importação para 11 tipos de produtos de ferro e de aço. O órgão atendeu a pedido do Sindicato Nacional da Indústria de Trefilação e Laminado de Metais Ferrosos (Sicetel) para reajustar as alíquotas, que apontava concorrência desleal dos produtos importados.

Em abril do ano passado, o Gecex/Camex impôs cotas de importação a esses 11 produtos por um ano. O que estourou o volume autorizado pagou 25% de tarifa.

Atualmente, os 11 produtos de ferro e de aço pagam de 10,8% a 14% para entrarem no país. Com a decisão, passarão a pagar 25% definitivamente, independentemente do volume importado.

O Gecex/Camex também elevou a tarifa de importação do clorito de sódio, usado no tratamento de água e no branqueamento e descascamento de fibras têxteis, de polpa de celulose e de papel. A tarifa subiu de 9% para 10,8%.

O órgão elevou, por seis meses, as tarifas de importação de cabos e de fibras ópticas, que passarão a pagar 35%

para entrarem no país. Atualmente, os cabos pagam 11,2% de Imposto de Importação; e as fibras ópticas, 9,6%. Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, o reajuste também se justifica pela preservação do produto nacional da concorrência desleal com o produto estrangeiro.

REDUÇÕES

Em contrapartida, o Gecex/Camex, reduziu o Imposto de Importação de quatro produtos sem simular nacional ou com produção insuficiente para o mercado interno. Em três casos, as tarifas foram zeradas:

- motores elétricos para liquidificadores e processadores de alimentos: redução de 18% para 0%;
- acrilonitrila, matéria-prima para a produção de componentes químicos com inexistência temporária de produção nacional: redução de 10,8% para 0%;
- fios de poliéster usados em tecidos técnicos, pneus, grelhas, lonas, laminados de PVC e linha de costura: redução de 18% para 0%.

O Gecex/Camex estendeu por seis meses a redução de 10,8% para 3,8% do glifosato, herbicida usado em culturas de arroz, milho, soja, feijão, cana, uva, café, entre outras.

Nota

GOVERNO ENVIA PROPOSTA AO CONGRESSO PARA OFICIALIZAR SOCORRO ÀS AÉREAS COM R\$ 4 BI

O governo enviou ao Congresso a proposta que destina R\$ 4 bilhões em recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac), em socorro financeiro às empresas aéreas. O montante é R\$ 2 bilhões menor do que o valor que chegou a ser anunciado pelo Ministério de Portos e Aeroportos. Até o final de setembro, a Pasta dizia que o fundo contaria com R\$ 6 bilhões. A engenharia para atender as companhias de aviação foi aprovada em agosto pelos parlamentares e sancionada em setembro pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. A previsão é de que os empréstimos sejam operacionalizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

JOGATINA

Lula diz que pode 'acabar' com apostas das bets, se regulação falhar

GABRIEL HIRABAHASI E SOFIA AGUIAR/AE

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sugeriu, ontem, que pode "acabar" com as apostas eletrônicas caso a regulação do setor se mostre insuficiente para controlar a quantidade de recursos investidos e o vício da população.

"Tínhamos duas opções: ou acabava definitivamente ou a gente regulava. A gente optou pela regulação. Nesta semana, mais de 2 mil bets saíram do ar. Vamos

ver se a regulação dá conta. Se der conta, está resolvido o problema. Se não der conta, eu acabo, para ficar bem claro", declarou.

E completou: "Não tem controle do povo mais humilde, criança com celular na mão fazendo aposta. Não queremos isso."

A declaração foi dada em entrevista à Rádio Metrópole, da Bahia, Estado no qual Lula participou ontem, de um comício do candidato do PT à prefeitura de Camaçari, Luiz Caetano, que disputa o segundo turno contra Flávio Matos (União Brasil).

Antes de ser questionado sobre as "bets" diretamente, Lula fez um relato de um episódio que viveu em 1974 envolvendo apostas. Mesmo sem se referir às apostas esportivas e ao impasse atual envolvendo as "bets", o presidente disse que esse episódio fez com que ele não apostasse mais.

"Eu, uma vez, ganhei na loteria esportiva. Estava com a mãe da Lurian sentada e quando começou a zebrinha a falar, fiquei olhando minha cartela e fiz os 13 pontos. Pus a cartela no bolso, não falei para a minha namorada,

para a mãe dela. Cheguei em casa e não contei para minha mãe, para ninguém. Descobri que eu tinha um lado avarento, que não era correto. Achei que estava rico e não queria contar para ninguém. No outro dia, saí para trabalhar, cheguei no jornal e vi que mais de 50 mil pessoas ganhou (sic). Puta merda, descobri que fiquei pobre outra vez (risos). Aí nunca mais eu joguei. Estou falando de 1974. Nunca mais eu joguei porque descobri que tinha um lado avarento. O demônio foi solto", contou.

IMPOSTOS

Camex sobretaxa luvas não cirúrgicas da Ásia por cinco anos

WELTON MÁXIMO/ABRASIL

Pelos próximos cinco anos, as luvas não cirúrgicas da China, da Malásia e da Tailândia pagarão mais para entrar no Brasil. O Comitê Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex) tornou definitiva a tarifa *antidumping* aplicada sobre esses produtos, após comprovar práticas desleais de comércio internacional.

Desde fevereiro, as luvas não cirúrgicas desses países pagam sobretaxa entre US\$ 1,86 e US\$ 33,52 por mil unidades importadas. Agora, a Gecex/Camex tornou a tarifa *antidumping* defini-

tiva. Esses equipamentos são usados em procedimentos de odontologia, veterinária e medicina.

A aplicação do direito *antidumping* em fevereiro tinha sido provisória, porque as análises preliminares tinham constatado a existência de *dumping* (produção abaixo do preço de custo) e de prejuízos aos produtores brasileiros. Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), as investigações confirmaram a prática comercial desleal.

Autorizada pela Organização Mundial do Comércio (OMC), a tarifa *antidumping* permite a

um país sobretaxar produtos caso seja constatada a produção abaixo do preço de custo e ameaça aos produtores nacionais que não conseguem competir com o produto importado.

PUNIÇÕES PROVISÓRIAS

Na reunião de ontem, o Gecex/Camex aplicou quatro medidas *antidumping* provisórias. As folhas metálicas de empresas chinesas pagarão sobretaxas de US\$ 257,97 a US\$ 341,28 por tonelada importada. Os nebulizadores da China pagarão sobretaxas de US\$ 0,83 a US\$ 2,62 por unidade comprada.

Os pigmentos de dióxido de

titânio, do tipo rutilo (pigmento branco para tintas, cosméticos e alimentos) produzidos na China pagarão de US\$ 577,33 a US\$ 1.772,69 por tonelada importada. As fibras de poliéster da China, da Índia, do Vietnã, da Malásia e da Tailândia terão sobretaxas entre US\$ 68,32 e US\$397,04 por tonelada importada.

Em todos os casos, o *antidumping* provisório vale por até seis meses. O *antidumping* provisório passou a ser usado com mais frequência pelo governo brasileiro neste ano, como forma de apertar o cerco contra o comércio desleal e aumentar a proteção à indústria nacional.

INOVAÇÃO

BNDES aprova R\$ 258 mi para Acelen criar centro

DENISE LUNA/AE

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou financiamento de R\$ 257,9 milhões para a Acelen implantar um centro de inovação tecnológica - o Acelen Agripark - focado em pesquisa e desenvolvimento da cultura da macaúba, planta nativa brasileira de alto po-

der energético.

A unidade faz parte do projeto integrado da empresa para produção de diesel renovável (RD - renewable diesel) e combustível sustentável de aviação (SAF - sustainable aviation fuel) baseado no desenvolvimento da cultura da macaúba, incluindo a sua domesticação e o cultivo em terras degradadas. Este é o primeiro financia-

mento do BNDES voltado ao desenvolvimento de SAF, considerado o "combustível do futuro".

"Ao financiar o primeiro projeto de SAF no Brasil, o BNDES, no governo do presidente Lula, mantém sua contribuição relevante para transição energética, incentivando iniciativas que tenham impacto social, ambiental e desenvolvimento tecnológico", disse em

nota o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante. O Acelen Agripark ficará em Montes Claros, Minas Gerais, e será responsável por toda pesquisa e desenvolvimento necessários para suportar o projeto da biorrefinaria de combustíveis. A estrutura terá capacidade de germinação de 1,7 milhão de sementes por mês e produção de 10,5 milhões de mudas.

Essor Seguros S.A.
CNPJ nº 14.525.684/0001-50 - NIRE 33.3.0030308-1
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23/08/2024
Data/Hora/Local: Em 23/08/2024, 11hs, por meio de videoconferência.
Convocação e Presença: Dispensada a convocação. A presença dos acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Sra. Vanessa Stephanie Medina Arteaga, e **Secretária:** Sra. Leticia Wienskowski. **Deliberações aprovadas:** (i) Eleito como membro do Conselho de Administração da Companhia, com mandato até 26.03.2027, mantida a remuneração da AGO de 28.03.2024, o Sr. Daniel Fraga, argentino, atuário, que tem constituído como representante, a Sra. Vanessa Stephanie Medina Arteaga, com mandato até 26.03.2027; O membro do Conselho de Administração ora eleito declara sob a pena da Lei, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis. O Conselheiro eleito toma posse no cargo nesta data, dia 23.08.2024, conforme termo de posse arquivado na sede da Companhia. (i) Eleito como presidente do Conselho de Administração da Companhia, com mandato até 26.03.2027, o Sr. Fabio Henrique Ferreira de Pinho, brasileiro, administrador e contador; (ii) Aprovada a consolidação da atual composição do Conselho de Administração da Companhia. **Encerramento:** Nada mais. R.J/R.J, 23/08/24. JUCERJA nº 0006505588, 17/10/24; Protocolo: 2024/00853501-2, 16/10/24. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA SAÚDE
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.121/2024

O Pregoeiro Pedro Paulo Gonçalves Baptista Alves Nunes convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.121/2024 no dia 31/10/2024 às 14h00min. - Objeto: Aquisição de 03 (três) sistemas de angiografia para procedimentos híbridos em cardiologia de alta complexidade e adequação das Salas 01 e 02 e 03 (Aquisição de 01 (um) Sistema de Angiografia com Workstation, Flat detector com diagonal de no mínimo 42 cm, contendo 04 (quatro) monitores de 19" no mínimo ou, 02 (dois) monitores capazes de gerar 04 imagens distintas na sala de exames e etc). Processo nº. 33409.002689/2024-59. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

EÓLICA MANGUE SECO 4
GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ 11.643.647/0001-58 - NIRE 33.3.0034051-3
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Fica convocado o acionista da Eólica Mangue Seco 4 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, sala 1.801 (parte), Botafogo, CEP 22.250-908, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.643.647/0001-58 ("Companhia"), na forma do art. 7º do Estatuto Social da Companhia, a se reunir em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") a ser realizada em 1º de novembro de 2024, às 15:00h na sede da Companhia, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Deliberar sobre a redução do capital social da Companhia, julgado excessivo, com redução do montante de R\$ 3.770.000,76 (três milhões setecentos e setenta mil reais e setenta e seis centavos) e o cancelamento de 7.186.703 (sete milhões cento e oitenta e seis mil setecentos e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, nos termos do art. 173 e 174 da Lei das Sociedades por Ações, com a consequente restituição ao acionista e (ii) autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para formalizar e implementar as deliberações eventualmente aprovadas em AGE.

Rio de Janeiro, 11 de outubro de 2024.
José Guilherme Cruz Souza
Presidente do Conselho de Administração

APAGÃO

Defesa Civil terá agentes na Enel para fiscalizar contingência

PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO/AE

A Defesa Civil de São Paulo colocará agentes nos centros de operações da Enel e de outras quatro concessionárias de energia elétrica no Estado a partir desta quinta-feira. O objetivo é fiscalizar as empresas e garantir que elas cumprirão à risca seus planos de contingência, o que segundo Thiago Nunes, diretor da Agência Reguladora dos Serviços Públicos de São Paulo (Arseps), não foi feito pela Enel após o apagão do fim de semana.

O governo de São Paulo instalará um gabinete de crise a partir de hoje. A preocupação é evitar que a população sofra novamente com a falta de luz por períodos prolongados diante da previsão de novas chuvas.

A Defesa Civil Estadual prevê ventos de até 60 km/h entre sexta-feira e domingo, 20, além de raios e possíveis quedas de granizo. O acumulado de chuvas pode chegar a 95 milímetros na região metropolitana e a 200 milímetros no interior.

O anúncio das medidas foi feito após uma reunião que durou cerca de duas horas e meia no Palácio dos Bandeirantes com o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), o pre-

feito de Taboão da Serra, Apri-gio (Podemos), representantes da Enel, CPFL, EDP, Energia e Neoenergia, o presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Sandoval Machado, e integrantes das defesas civis estadual e municipais.

Tarcísio e Nunes, contudo, não falaram com a imprensa após o encontro. Coube a Henguel Ricardo Pereira, coordenador da Defesa Civil do Estado, informar a presença dos agentes nos centros de operação das concessionárias e detalhar o plano de contingência da Enel para a região metropolitana de São Paulo.

Na quarta-feira passada, o Tribunal de Contas da União (TCU) havia decidido, que as empresas deveriam compartilhar informações em tempo real com o poder público.

Questionado sobre o motivo de a fiscalização só ter sido intensificada após o apagão iniciado a partir de sexta-feira, Pereira respondeu que no final de semana "não teve essa ação mais efetiva e contundente do Estado". Mas ressaltou que agora poder público está cobrando "com mais rigor" o cumprimento das medidas emergenciais porque as empresas foram obrigadas a dar transparência aos planos de contingência pelo TCU.

FHORESP

Após apagão, bares e restaurantes pedem prazo para impostos

Após o apagão desta semana, a Federação de Hotéis, Restaurantes e Bares do Estado de São Paulo (Fhoresp) encaminhou ao governo de São Paulo um pedido de mais prazo para o pagamento de impostos pelos estabelecimentos do setor. Segundo a federação, o pedido é para que seja prorrogado o vencimento de impostos para cerca de 250 mil estabelecimentos que foram afetados pela falta de energia em São Paulo.

Para o diretor executivo da Fhoresp, Edson Pinto, a prorrogação é imprescindível. "É crucial para a continuidade das atividades de milhares de estabelecimentos de hospedagem e alimentação. Estamos solicitando ao governo do estado que pondere ampliar o prazo do recolhimento de tributos, para que as empresas prejudicadas pelo apagão tenham prazo maior para a quitação. Isso já ajudaria, num primeiro momento, àquelas que foram atin-

gidas. Auxiliaria inclusive na manutenção de empregos. Poderes executivos têm essa prerrogativa", disse, em nota, Edson Pinto.

As chuvas fortes e os ventos que atingiram diversas cidades paulistas na última sexta-feira provocaram sete mortes, queda de árvores e também deixaram pelo menos 2 milhões de consumidores sem energia elétrica. Ainda hoje, segundo a empresa de energia Enel, 36 mil consumidores continuam enfrentando problemas com a falta de luz na Grande São Paulo.

De acordo com a Fhoresp, a interrupção de energia já provocou prejuízos de cerca de R\$ 150 milhões para o setor nos quatro primeiros dias de apagão. Segundo a entidade, os maiores prejudicados são os micro e pequenos empresários.

"Essas empresas não têm lucro relevante que possa remediar os danos causados em seis dias de blecaute.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE 2ª (SEGUNDA) CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 32ª (TRIGÉSIMA SEGUNDA) EMISSÃO, EM SÉRIE ÚNICA, DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em Série Única, da 32ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da Série Única da 32ª (Trigésima Segunda) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Direitos do Agronegócio detidos por Francisco Ferreira Camacho ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reuimem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia Especial"), em 2ª (segunda) convocação, a realizar-se no dia 28 de outubro de 2024, às 14:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial e sem possibilidade de voto via Instrução de Voto. A Assembleia Especial de será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRA, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 30 de junho de 2024; e (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos aos Titulares dos CRA, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM 60, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada, caso a Assembleia Especial não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação preferencialmente sejam enviados eletronicamente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail assembleias@pentagontrustees.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizedora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial-CRA LF PEC 32", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRA, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizedora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br) - Sistema Fundos (NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização e Distribuição). São Paulo, 18 de outubro de 2024. Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

ELEIÇÕES 2024

Boulos eleva tom e aposta em voto de protesto

HUGO HENUD/AE

O candidato Guilherme Boulos (PSOL) tem apostado em diversas frentes para atrair o eleitorado de Pablo Marçal (PRTB), que ficou em terceiro lugar nas eleições, conquistando 1,7 milhão de votos. Nos primeiros dias do segundo turno para a Prefeitura de São Paulo, Boulos prometeu incorporar propostas que dialoguem com esse segmento, além de adotar um tom mais enérgico, alinhado ao discurso de "mudança" - uma estratégia baseada na percepção de que parte dos votos direcionados ao ex-coach foram um gesto de protesto contra o sistema político tradicional.

Rejeitado por 92% dos eleitores de Marçal, segundo o último Datafolha, Boulos tem se colocado como o "candidato da mudança", em oposição ao "mais do mesmo", representado, em sua visão, por seu adversário no segundo turno, Ricardo Nunes (MDB) - apoiado, por sua vez, por 84% dos que votaram no ex-coach, de acordo com o mesmo levantamento.

"O que está em jogo nesse segundo turno é o seguinte: só há dois caminhos. Quem quer que a cidade permaneça como está? Quem quer o mesmo grupo político no poder? Está com o meu adversário. Quem quer mudança? Se você sabe que precisamos de mudança, está com a gente", afirmou Boulos em uma agenda de campanha na última sexta-feira, no bairro da Brasilândia, Zona Norte da capital paulista.

O *Estadão* apurou que, para a campanha de Boulos, a adesão a Marçal foi motivada mais por um voto de protesto de eleitores descontentes com a política tradicional, representada por figuras como Nunes, do que por razões ideológicas. Assim, a estratégia do psolista passa por atrair esse segmento insatisfeito, reforçando sua imagem como uma alternativa de mudança e buscando conquistar parte dos votos que, até o momento, estão majoritariamente com o emedebista.

Simultaneamente, Boulos tem adotado um tom mais enérgico, intensificando suas falhas tanto em atos de campanha

quanto em entrevistas. No pronunciamento logo após o resultado da votação no domingo, 6, ele já sinalizou a mudança de postura ao afirmar que Nunes "tem histórico de relação com o crime organizado, com tráfico de drogas, e botou o crime organizado no comando da Prefeitura de São Paulo."

Durante o evento de campanha "Plenária Arrancada da Vitória", realizado na quarta-feira, Boulos criticou a gestão de Nunes em diversas ocasiões, chamando-o de "pau-mandado do Centrão", em referência aos partidos que compõem a coligação do emedebista.

Poucas horas antes, na sabatina realizada pelo O Globo, o candidato do PSOL acusou seu adversário de fazer uso de "caixa dois", prática ilegal de financiamento de campanha. Na sequência da mesma entrevista, Boulos aproveitou para rebater a percepção de que, neste início de segundo turno, estaria adotando um tom mais agressivo. "Onde talvez vejam estridência, eu vejo firmeza"

Da mesma forma, no debate da Band, realizado na segunda-feira, passada, Boulos intensificou os ataques contra Nunes, especialmente em relação ao apagão que deixou mais de dois milhões de pessoas sem energia na região metropolitana de São Paulo após o temporal da última sexta-feira. Em um dos intervalos, a equipe de Nunes chegou a reclamar com a produção, alegando que o candidato do PSOL estava utilizando a regra que permite movimentação pelo palco para se aproximar do emedebista com a intenção de intimidá-lo.

Nas propagandas eleitorais, a campanha também tem buscado associar Nunes ao crime organizado, destacando, por exemplo, a relação de um servidor de carreira da Prefeitura com um dos líderes do Primeiro Comando da Capital (PCC).

O entorno de Boulos justifica o ajuste em seu comportamento em resposta à avaliação de que Marçal atraiu eleitores com uma postura mais incisiva, captando a indignação dos paulistanos em relação ao status quo político. Ao expor os casos relaciona-

dos a Nunes, a campanha busca, portanto, posicioná-lo como um político que representa o sistema e, ao mesmo tempo, aumentar a rejeição ao atual prefeito.

Em outra frente, o candidato também tem atuado no plano programático, prometendo incorporar uma das propostas de Marçal: as "escolas olímpicas", que buscam equipar as instituições de ensino públicas para a prática de esportes olímpicos. Além disso, comprometeu-se a implementar iniciativas do plano de governo de Tabata Amaral (PSB), como o "Jovem Empreendedor", que oferece crédito para jovens que desejam empreender e abrir seu próprio negócio, fomentando o empreendedorismo na capital - uma das principais bandeiras de campanha do ex-coach.

NUNES

Nunes, por sua vez, apesar de contar com o apoio natural desse segmento, promete um programa focado em empreendedorismo. Durante agendas na primeira semana do segundo turno, o prefeito evitou criticar diretamente Marçal, afirmando que pretende avaliar quais de suas propostas podem ser implementadas em sua gestão, caso seja reeleito.

Como mostrou o *Estadão*, o ex-coach não apoiará o prefeito e liberou seus eleitores para adotarem a posição que quiserem.

BOULOS E LULA

O candidato à Prefeitura de São Paulo Guilherme Boulos (PSOL) afirmou que o seu padrinho político e presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT) fará dois atos ao seu lado amanhã. "Sábado de manhã teremos grande caminhada no Grajaú com Lula e Marta (Suplicy, sua vice). No sábado à tarde, teremos caminhada com Lula em São Mateus", disse o psolista.

Questionado sobre não ter conquistado todos os eleitores que escolheram o atual presidente na eleição presidencial de 2022 contra Jair Bolsonaro (PL), Boulos optou por reforçar os distritos da periferia em que se saiu vitorioso, apesar de não ser uma margem muito grande. Além disso, afirmou que irá virar

sobre o atual prefeito Ricardo Nunes (MDB) em Grajaú (zona sul), Parelheiros (zona sul), Brasilândia (zona norte) e Itaquera (zona leste).

FISCALIZAÇÃO DA ENEL

Nas críticas ao governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), o candidato à Prefeitura de São Paulo Guilherme Boulos (PSOL) disse que a Enel deveria ser fiscalizada pelo Estado. "O Tarcísio fala, fala e fala, mas a responsabilidade de fiscalização da Enel é da Arcesp (Agência Reguladora de Serviços Públicos de São Paulo), com todos os conselheiros, inclusive o presidente, indicados por Tarcísio", disse Boulos.

Ele ressaltou que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) tem integrantes indicados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) "A agência reguladora federal, com presidente indicado pelo Bolsonaro, tem que garantir a caducidade, a retirada de contrato da Enel. O ministro de Minas e Energia cobrou isso dela após ter falado comigo no sábado".

"Agora, quem tem que fiscalizar se a Enel está fazendo as coisas ou não é a Arcesp. A Arcesp é estadual e ninguém comenta", criticou o candidato do PSOL.

LULA

Boulos também explicou a falta do presidente Luís Inácio Lula da Silva, em que ele se dispõe a renovar o contrato com a Enel. Ele afirma que Lula só renovaria o contrato se a Enel fizesse os investimentos prometidos. "O presidente não estava nem mal informado e nem equivocado. Se recuperar a fala completa do presidente, ele se dispôs a discutir a renovação se a Enel fizesse os investimentos que não fez. A Enel não fez os investimentos e sequer cumpriu o acordo que tinha feito desde o apagão de novembro do ano passado".

"Essa tentativa de jogar responsabilidade para o governo federal não cola. O responsável é Ricardo Nunes, que não fez a poda de árvores, é Tarcísio, que não botou a Arcesp, responsável legal para fiscalizar a Enel no seu descumprimento do contrato, e a Enel", disse Boulos.

Crise só vai acabar quando tirarmos Enel e Ricardo Nunes, diz Boulos em sabatina

GEOVANI BUCCI E LUCCAS LUCENA/AE

O candidato à Prefeitura de São Paulo Guilherme Boulos (PSOL) voltou a atacar o atual prefeito e candidato a reeleição, Ricardo Nunes (MDB), dizendo que ele é responsável pelo apagão na capital e que a Prefeitura assinou documento de respon-

sabilidade pela retirada de árvores podres.

Boulos descarta o fim da "crise de apagões" e disse que isso só vai acabar quando a Enel sair de São Paulo e Nunes sair do cargo. Ele voltou a repetir que Nunes é o "pai do apagão".

"Esse apagão tem uma mãe e um pai: a mãe é a Enel, uma empresa horrorosa que presta um

péssimo serviço e é uma excelente resposta para aqueles que acreditam que privatização é a solução para todos os problemas, e o pai é Ricardo Nunes, um prefeito que ficou três anos e meio no cargo e não fez o básico, que é podar e fazer manejo de árvore", disparou Boulos.

Ele mostrou um documento assinado pela Prefeitura de São

Paulo e a Enel, que torna a administração municipal responsável "integral" pela retirada de árvores. Segundo o candidato, essa responsabilidade era compartilhada com a Enel antes. "A responsabilidade de poda continua compartilhada, mas a responsabilidade de remoção de árvores podres, desde junho, é exclusiva da Prefeitura por esse acordo feito".

MENSAGEM

TRE alerta para golpe da falsa convocação de mesário para o 2º turno

WESLEY BIÃO/AE

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) publicou na quarta-feira passada, uma nota que alerta os eleitores sobre falsas mensagens que usam o nome da entidade para fazer falsas convocações de mesários. Segundo a entidade, o objetivo das mensagens é o roubo de dados para realização de golpes.

"Para atrair a atenção das pessoas, a mensagem falsa também traz um conteúdo alarmante sobre a solicitação de dispensa para a

convocação de mesário, informando que a multa seria de "R\$ 1.064,10 + 50% do salário mínimo, sendo total de R\$ 1.770,10". Acrescenta que "a multa será enviada no IPTU ou contas essenciais (contas de energia ou água) do CPF do mesário ou dos pais", alerta o TRE-SP.

A legislação prevê multa de R\$ 17,56 para o mesário que faltar ao compromisso eleitoral e não justificar a ausência. O valor pode aumentar até dez vezes, a depender da situação econômica do envolvido.

De acordo com a Justiça Elei-

toral paulista, a mensagem leva a um site que aparenta ser a página oficial do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mas que na verdade é um endereço oculto que induz o internauta a "revelar informações confidenciais e outros dados sensíveis".

A Justiça Eleitoral recomenda não clicar em nenhum dos links disponíveis na mensagem falsa e ressaltar que há canais oficiais para informações sobre convocação de mesários, pelo site <https://www.tre-sp.jus.br/servicos-eleitorais/mesarios/convocacao-de-mesarios>.

cacao-de-mesarios. É possível também fazer contato com os cartórios eleitorais ou pela Central de Atendimento ao Eleitor, no número 148 ou (11) 3130-2100.

A convocação dos mesários para as eleições municipais de 2024 terminou em agosto. No 1º turno, a Justiça Eleitoral paulista contou com o apoio de mais de 400 mil mesários e mesárias em todo o estado. No domingo (27), data do 2º turno, mais de 200 mil integrantes de mesa receptora de votos vão atuar nos locais de votação.

ELEIÇÕES 2024

Em mais de 700 cidades nenhuma mulher foi eleita

ADRIANA VICTORINO
E BIANCA GOMES/AE

Nas eleições municipais deste ano, 775 municípios brasileiros não elegeram nenhuma mulher para a Câmara Municipal, de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Isso significa que aproximadamente 1 em cada 7 municípios não contará com representação feminina no Legislativo local. O número, apesar de ainda significativo, diminuiu com relação à última eleição, de 2020, quando 929 cidades ficaram sem nenhuma vereadora.

Neste ano, o Estado de Minas Gerais liderou a eleição de vereadoras, com 1,3 mil mulheres escolhidas nas urnas. Em seguida vem São Paulo, com 1,2 mil. Roraima teve o menor número de representantes, elegendo apenas 40 mulheres para os Legislativos municipais. O Amapá vem logo atrás, com 41 eleitas, segundo o TSE.

O percentual de mulheres eleitas para as Câmaras Municipais no Brasil teve um avanço tí-

mido nesta eleição. Em 2020, 83,87% das cadeiras foram ocupadas por homens e 16,13% por mulheres. Agora, os homens representam 81,76% dos vereadores, enquanto a participação feminina subiu para 18,24%.

Nas capitais, o aumento foi um pouco mais expressivo. A proporção de vereadoras passou de 17% no último pleito para 21% neste ano. Cinco cidades atingiram ou superaram a marca de 30% de cadeiras ocupadas por mulheres: São Paulo (36%), Curitiba (32%), Porto Alegre (31%), Boa Vista (30%) e Cuiabá (30%).

O aumento mais expressivo no número de mulheres eleitas vereadoras ocorreu em Cuiabá, onde a representatividade feminina saltou de 8% para 30% das cadeiras. São Paulo, cidade com o maior colégio eleitoral do País, terá também a maior proporção de vereadoras entre as capitais, com 36% das vagas ocupadas por mulheres.

Entre os cinco nomes mais votados na capital paulista, dois são de mulheres: Ana Carolina Oliveira (Podemos), mãe de Isa-

bella Nardoni, conquistou quase 130 mil votos e foi a segunda mais votada, enquanto Amanda Paschoal (PSOL), com 108 mil votos, ficou na quinta posição. A psolista teve a deputada federal Erika Hilton (PSOL) como cabo eleitoral.

Outras capitais também tiveram vereadoras liderando o ranking de votação para o Legislativo. O PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, se destacou com duas mulheres entre as mais votadas: Samantha Iris, em Cuiabá, e Priscila Costa, em Fortaleza. Em Belém, Silvane (MDB) também garantiu seu lugar na Câmara Municipal como a vereadora mais votada, assim como a petista Karla Coser, em Vitória.

"Considerando tanto o percentual de mulheres no País, que é mais da metade da população, quanto o potencial em relação às candidaturas, percebemos que esse aumento ainda não é significativo", avalia Tauá Pires, diretora de Incidência do Instituto Alziras, organização sem fins lucrativos que atua para ampliar e fortalecer a partici-

pação de mulheres na política brasileira. "Para dar um exemplo, aqui no Estado de São Paulo, embora a gente tenha tido essa ampliação, ainda seguimos com 78 cidades sem nenhuma mulher vereadora."

A especialista também avalia como pouco promissor o resultado da eleição para os Executivos municipais. Anteriormente, 12,07% das prefeituras eram comandadas por mulheres; após o primeiro turno, esse número subiu para 13,23%. Tauá ressalta que o desfecho do segundo turno será importante para avaliar o avanço na pauta da diversidade nesta eleição, já que há sete mulheres disputando prefeituras de capitais.

As cidades com candidatas no segundo turno são Curitiba, Porto Alegre, Aracaju, Natal, Campo Grande, Palmas e Porto Velho. Campo Grande sobressai por ser a única com duas mulheres concorrendo diretamente. No último pleito, apenas Cinthia Ribeiro, em Palmas (TO), e Adriana Lopes, em Campo Grande (MS), foram eleitas.

REFORMA

Câmara vai gastar mais de R\$ 2 milhões com troca de carpetes

VINÍCIUS NOVAIS/AE

A Câmara dos Deputados publicou uma licitação para a troca do carpete dourado da Casa e a aquisição de um novo tapete cerimonial. O valor da concorrência, que será aberta oficialmente em 25 de outubro, é de quase R\$ 2,3 milhões. A troca do carpete contemplará os auditórios Nereu Ramos e Freitas Nobre, o túnel de ligação do Edifício Anexo II ao Edifício Anexo IV e o 10º andar do Edifício Anexo IV.

A compra será de um carpete de pelo cortado feito por meio de tufting (técnica na qual os fios de lã são costurados em um tecido inteiriço) em cor dourada. Os dois produtos são novos e para primeiro uso. Além disso, a licitação exige assistência técnica de no mínimo um ano para a instalação e de cinco anos para o carpete e o tapete.

Em nota, a Câmara informou que a troca se faz necessária devido aos desgastes do carpete atual. "A última substituição completa do revestimento nos três locais indicados aconteceu no segundo semestre de 2011, de modo que a vida útil do carpete comple-

tou-se em 2021, conforme a estimativa do Plano de Manutenção", disse.

Sobre o tapete, a Casa afirmou que a armazenagem desgastou o item. "Está bastante desgastado, nem tanto pelo tráfego que recebe, mas principalmente pelos incontáveis ciclos de montagem e desmontagem a que foi submetido", escreveu.

Do valor total, R\$ 1.714.412,96 são destinados para o serviço de retirada e instalação do novo produto. Outros R\$ 143.398,80 são para a compra de 360 metros quadrados do carpete dourado, e R\$ 435.996,00 para a compra de 1,1 mil metros quadrados do tapete para cerimonial do tipo passadeira.

Os tapetes devem ser feitos de náilon tingido e com as bordas com acabamento do tipo debrum (técnica que dobra o tecido e o costura para deixar as margens retas). O contrato exige que os tecidos sejam "previamente protegidos contra proliferação de ácaros e micróbios, desbotamento e impregnação de manchas e sujeiras". Além disso, que as peças sejam feitas para ter controle de geração de estática.

QUATRO MORTES

Justiça manda prender três médicos por esquema de tráfico de órgãos

PEPITA ORTEGA/AE

Amparado na decisão do Supremo Tribunal Federal que reconheceu a possibilidade de prisão após condenação por júri popular, o juiz Flávio de Oliveira Cesar, da Vara do Júri, Infância e Juventude de Taubaté, no Vale do Paraíba (SP), decretou a prisão de três condenados por envolvimento na morte de quatro vítimas de um esquema de tráfico de órgãos humanos.

Pedro Henrique Masjuntorrecilhas, Rui Noronha Sacramento e Mariano Fiore Júnior devem começar a cumprir imediatamente a pena de 15 anos de reclusão a que foram condenados pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

A pena imposta em primeiro grau era maior, de 17 anos, mas a Corte estadual reduziu para 15 anos.

Segundo a denúncia do Ministério Público estadual, os três réus integravam o corpo médico do Hospital Santa Isabel de Clínicas em Taubaté e pretendiam implementar um programa de transplante de rins. Para isso, em 1986, eles começaram a extrair órgãos de pacientes sob seus cuidados, diz o Ministério Público na acusação.

Segundo a Promotoria, os réus procuravam os familiares das vítimas com a informação de que elas estavam em um 'quadro de morte irreversível', e que 'nada mais poderia ser feito'. Em um caso, os acusa-

dos pediram aos parentes da vítima autorização para doação das córneas, mas ambos os rins acabaram sendo extraídos.

O Ministério Público apurou que a extração dos rins ocorria "sem a imprescindível prova da morte encefálica dos pacientes". Além disso, de acordo com a denúncia, o hospital não possuía autorização para esse tipo de procedimento e os profissionais envolvidos "careciam de aptidão técnica para tanto".

Segundo a Promotoria, peritos constataram que as vítimas das nefrectomias bilaterais - retiradas dos dois rins - "apresentavam sinais de atividade cerebral incompatíveis com o diagnóstico de morte encefálica, pa-

tente assim o total descaso dos denunciados para com a situação daquelas". A acusação indicou que os órgãos extraídos eram entregues "a terceira pessoa para implante em pacientes desconhecidos, na cidade de São Paulo".

Ainda de acordo com a denúncia, os réus alegaram a existência de um convênio celebrado junto à Universidade de São Paulo visando a retirada e posterior envio de órgãos para transplante na capital paulista - os órgãos seriam implantados em 'pacientes qualificados e cadastrados'. No entanto, diz a Promotoria, a existência do convênio jamais foi comprovada, bem como o destino final dos órgãos renais.

Lava Jato - anulação em série de provas e condenações, abrindo caminho para pedidos de revisão de acordos de delatores.

O ministro alegou "erro na origem" e afirmou: "A lei existe para todos e o Estado não pode sobrepor à lei".

Para sustentar seu alerta quanto à investigação sobre a Transparência Internacional, o procurador-geral recuperou um caso, relatado por Toffoli no bojo da Lava Jato, no qual o Supremo assentou que "nenhum órgão jurisdicional pode-se arvorar de juízo universal".

A citação consta de um voto de Toffoli em 2015, quando o STF decidiu tirar da alçada da 13ª Vara Federal de Curitiba (base da Lava Jato, então sob a tutela de Moro) uma investigação sobre supostas fraudes no Ministério do Planejamento. O caso foi remetido para a Justiça Federal em São Paulo.

Gonet citou o voto antigo de Toffoli ao apontar que o pedido de investigação sobre a Transparência Internacional não poderia superar as regras de competência e deslocar o caso "direta e indevidamente" para o STF, ainda mais com "direção de reitoria". Para ele, a petição de Rui Falcão foi apresentada no âmbito de um processo polêmico herdadado por Toffoli do ministro aposentado Ricardo Lewandowski: a reclamação no qual foram anuladas as provas do acordo de leniência da Odebrecht.

CONGRESSO

PL deve apoiar nome às presidências que defenda PEC da Anistia

LETÍCIA NAOME/AE

O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, afirmou ontem, que o nome referendado pela legenda à presidência da Câmara dos Deputados e do Senado deve assumir apoio à PEC da Anistia.

"Não tenha dúvida disso", afirmou Valdemar à CNN Brasil, ao ser questionado sobre se o PL, na sucessão à presidência das duas casas do Congresso, vai declarar apoio aos candidatos favoráveis à PEC da Anistia. "Mas esse é um assunto difícil, porque ele candidato vai assumir que apoia a PEC, agora nós temos que convencer na Câmara os deputados a votarem", complementou.

Em outro momento da entrevista, o ex-deputado não fala só do apoio, mas também de os futuros chefes da Casa Alta e Casa Baixa do Legislativo incluírem ex-presidente Jair Bolsonaro na PEC.

O presidente do PL disse ainda que a ineligibilidade de Bolsonaro será revertida e lembrou que ninguém imaginaria que Luiz Inácio Lula da Silva poderia disputar novamente o cargo de presidente da República. "Vamos lutar para incluir Bolsonaro" na PEC da Anistia, afirmou Valdemar, complementando que, para tornar o ex-presidente elegível outra vez, o caminho pelo Congresso é mais "fácil" do que pela Justiça - apesar de admitir ser possível por esse modo.

LAVA JATO

Gonet arquivou inquérito da Transparência Internacional

PEPITA ORTEGA/AE

Ao defender o arquivamento da investigação sobre "eventual apropriação indevida de recursos públicos" pela Transparência Internacional na Lava Jato, na terça-feira passada, o procurador-geral da República Paulo Gonet invocou um argumento constantemente usado nos julgamentos da extinta operação: a declaração de suspeição do ex-juiz Sérgio Moro.

Em sua manifestação, Gonet ressaltou que "não há elementos mínimos de convicção que justifiquem" a continuidade das investigações. Ele destacou o princípio do juiz natural, que se refere ao juízo competente para analisar determinado caso.

Segundo o procurador, a regra impede a investigação sobre a Transparência Internacional, vez que o Supremo Tribunal Federal é incompetente para conduzir apuração sobre a entidade - composta por executivos sem foro por prerrogativa de função.

O princípio do juiz natural, um pilar do Direito, foi citado pelos ministros Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski no julgamento que declarou Moro

parcial para julgar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, dinamitando os processos do petista na Lava Jato.

Gilmar afirmou, à época do julgamento, que os atos de Moro, hoje senador, mostravam uma "atuação acusatória proativa, seja para restringir a possibilidade de defesa dos acusados, seja para passar por cima dos limites da demarcação do princípio constitucional do juiz natural".

Na avaliação de Gonet, o princípio do juiz natural, aliado ao da segurança jurídica, impediriam o processamento da apuração sobre a Transparência Internacional. A investigação foi aberta por solicitação do deputado petista Rui Falcão.

Em fevereiro, o ministro Dias Toffoli acolheu o pedido do parlamentar indicando que a Transparência Internacional teria sido designada como responsável por administrar a aplicação de R\$ 2,3 bilhões em investimentos sociais previstos no acordo de leniência da J&F no âmbito da Lava Jato.

Transparência nega ter recebido ou gerenciado valores do acordo.

No parecer em que defende o

arquivamento do caso, Gonet fez um alerta: prosseguir com a investigação sobre a Transparência Internacional "acabaria por transformar o Supremo Tribunal Federal em juízo universal para dirimir questões relacionadas a avenças de natureza financeira pactuadas por réus e pessoas jurídicas colaboradoras no âmbito das operações deflagradas no cenário político e jurídico de 2015/2016 de combate à corrupção".

O procurador indicou que a continuidade da apuração sobre a Transparência Internacional poderia abrir um precedente para que a Corte tenha de resolver todos aspectos ligados à parte financeira das delações fechadas na Lava Jato - tanto por investigados que fizeram colaboração premiada, como por empresas, que fecharam acordos de leniência. A Corte iria se transformar em algo que já havia combatido, segundo o procurador.

A petição de Gonet aportou no gabinete de Toffoli no final da tarde de terça-feira, logo após o ministro do STF usar a sessão da Segunda Turma do STF para defender suas próprias decisões em favor de réus da Operação

Diário do
Acionista

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

DG

Tribunal do Júri absolve PMs por morte de dançarino

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

O Conselho de Sentença do 1º Tribunal do Júri do Rio absolveu os sete policiais militares acusados da participação na morte do dançarino Douglas Rafael da Silva Pereira, o DG. O crime ocorreu em 22 de abril de 2014, na comunidade do Pavão-Pavãozinho, em Copacabana, zona sul do Rio, durante uma operação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP).

Apontado como o autor do disparo que matou DG, o militar Walter Saldanha Correa Junior foi inocentado do crime. Walter contou que, na madrugada do dia 22 de abril, "consciente e voluntariamente efetuou disparos de arma de fogo contra Douglas Rafael da Silva Pereira, conhecido como DG, quando este saltava para o telhado da Creche Solar Meninos da Luz, provocando-lhe o ferimento nas costas, descrito no laudo de exame cadavérico como a causa da morte do dançarino".

O Ministério Público estadual, na acusação, disse que "o homicídio ocorreu por motivo torpe porque o 1º denunciado, apesar de constatar que a vítima fugia, supondo que fosse traficante, atirou para matá-la, embora estivesse desarmada e não constituísse nenhum perigo a sua segurança".

O policial foi preso logo após a morte do dançarino,

mas, em 2015, a defesa conseguiu um *habeas corpus*, e Walter Saldanha aguardou o julgamento em liberdade.

Os outros militares que faziam parte da equipe da UPP e participavam de uma ronda policial pela comunidade foram absolvidos da acusação de falso testemunho, são eles: Rodrigo Vasconcellos de Oliveira, Rodrigo dos Santos Bispo, Rafael D'Aguila do Nascimento, Alessandro da Silva Oliveira, Eder Palhinhas Ribeiro e Evandro dos Santos Dias.

O corpo de jurados formado por sete pessoas da sociedade decidiu pela absolvição dos sete policiais militares por unanimidade. "Os jurados submetidos aos quesitos decidiram absolver os sete acusados de todas as imputações a eles atribuídas. Diante do que foi decidido pelos jurados, julgou-se improcedente a pretensão punitiva estatal para condenar Walter Saldanha Correa Junior pelo crime de homicídio e os outros seis policiais militares que participaram da ação na comunidade do Pavão-Pavãozinho pelo crime de falso testemunho", escreveu na sentença a juíza Alessandra da Rocha Lima Roidis, titular do 1º Tribunal do Júri.

Douglas trabalhava no programa *Esquenta*, apresentado por Regina Casé, aos domingos na Rede Globo. A morte do dançarino gerou vários protestos à época do crime.

CRIMINALIDADE

Prejuízos por ataques equivalem à compra de 100 ônibus novos

VINÍCIUS LISBOA/ABRASIL

Um dia depois de criminosos terem sequestrado nove ônibus para obstruir uma via e atrapalhar uma operação do Batalhão de Operações Especiais (Bope) na zona oeste do Rio de Janeiro, mais dois ônibus das linhas 878 (Barra da Tijuca - Tanque) e 863 (Rio das Pedras - Barra da Tijuca) foram alvos desse mesmo crime no mesmo local, ontem. Já na zona norte da cidade, mais dois coletivos da linha 778 (Pavuna - Cascadura) foram capturados por bandidos nesta manhã e usados da mesma maneira em Costa Barros.

Segundo a assessoria de imprensa da Secretaria de Estado de Polícia Militar, policiais militares do 41ºBPM realizam operação no Complexo da Pedreira, em Costa Barros, para coibir os roubos de veículos e carga na região.

De acordo com informações preliminares dos policiais, criminosos atiraram contra as equipes na Comunidade da Quitanda. Um policial foi ferido no pescoço por estilhaço e outro homem também ferido foi socorrido por meios próprios. Já na Estrada de Botafogo e na Av. Pastor Martin Luther King, criminosos atearam fogo em pneus e atravessaram um ônibus na pista para bloquear as vias. Policiais militares do 41ºBPM e do 2º Comando de Policiamento de Área (2ºCPA) atuaram no local e desobstruíram as vias.

A violência contra veículos do transporte público é classificada pelo Sindicato das Empresas de Ônibus da Cidade do Rio de Janeiro (Rio Ônibus) como recorrente. Em 12 meses, já chega a 136 o número de veículos que foram alvos desse tipo de ação.

O *modus operandi* nesses casos inclui evacuar os veícu-

los e obrigar o motorista a manobrar os ônibus para impactar milhares de usuários dessas linhas e outros cidadãos que precisam transitar por essas vias.

Em entrevista à *Agência Brasil*, o diretor de Comunicação e Relações Institucionais do Rio Ônibus, Paulo Valente, diz que ataques contra ônibus na cidade, que também são alvo de vandalismo e até incendiados em casos mais extremos, causaram um prejuízo de cerca de R\$ 75 milhões em 2 anos.

O valor corresponde à compra de 100 veículos zero quilômetros, segundo a Rio Ônibus, que poderiam ser incorporados às frotas, o que é sentido por usuários do transporte público do Rio de Janeiro diariamente.

Em reportagem publicada em agosto deste ano, a *Agência Brasil* já havia discutido como a prática de incendiar ônibus se tornou também uma forma de demonstração de poder de grupos criminosos, que ameaça passageiros e motoristas dos ônibus.

Dados do Sindicato dos Rodoviários do Rio de Janeiro apontam que de 2022 a 2024, entre 200 e 250 motoristas abandonaram a profissão após situações de crimes e agressões nos transportes coletivos, incluindo casos de incêndios. No último ano, foram em torno de 130 a 140 desligamentos.

O vice-presidente do Sindicato dos Rodoviários, José Sacramento de Santana, lamentou à reportagem, na época, a situação de perigo e disse que o sindicato muitas vezes nem toma conhecimento dos casos. "O cara abandona a profissão, se muda de estado, e não se comunica com o sindicato. Pedem demissão e vão embora sem comunicar nada, sem dizer um motivo".

ISRAEL

Genocida diz que guerra não acabou com a morte de líder

LUIZ HENRIQUE GOMES/AE

O primeiro-ministro de Israel e genocida, Benjamin Netanyahu, declarou que a guerra na Faixa de Gaza não chega ao fim com o assassinato do líder do Hamas e principal arquiteto do ataque terrorista de 7 de outubro, Yahya Sinwar, disse em um discurso ontem, transmitido pela TV israelense.

Netanyahu também se dirigiu aos membros restantes do Hamas para pedir que se rendam e entreguem os reféns levados de Israel para a Faixa de Gaza no 7 de outubro. De acordo com as autoridades, 101 pessoas continuam presas no enclave. "Para aqueles que estão com os sequestrados: liberte-os e nós deixaremos vocês vivos", declarou.

O discurso do premiê aconteceu cerca de uma hora depois do Exército de Israel confirmar a morte de Sinwar em uma operação no sul de Gaza nesta quinta.

Netanyahu disse que o resgate dos reféns é uma obrigação e que o assassinato do líder do Hamas marca um momento importante da guerra. "É um marco importante na queda do governo do Hamas em Gaza", disse.

A morte de Sinwar causou ansiedade entre os parentes dos reféns. Ao jornal israelense *Haareetz*, uma família considerou a morte um "acontecimento sensível" que exige a negociação de acordos para a libertação dos reféns o quanto antes. "Os objetivos definidos para a guerra com Gaza foram alcançados. Todos, exceto a libertação dos reféns", disse Ronen Neutra, pai de um refém israelense-americano, ao jornal.

"Sinwar foi descrito como um grande obstáculo para um acordo e não está mais vivo. É importante que toda a atenção esteja focada agora em atingir o objetivo do acordo que garantiria a libertação do nosso filho e do resto dos reféns", acrescentou.

GUERRA NA FRONTEIRA

Coreia do Norte revisa constituição e define Coreia do Sul como estado hostil

Coreia do Norte confirmou ontem, que sua constituição recentemente revisada define pela primeira vez a Coreia do Sul como sendo "um Estado hostil". A divulgação da mudança aconteceu dois dias após explodir trechos de estradas e ferrovias que conectavam o país ao Sul.

Esses acontecimentos indicam que a Coreia do Norte está determinada a aumentar as animosidades contra a Coreia do Sul e o risco de possíveis confrontos nas áreas tensas da fronteira, embora seja improvável que o Norte lance ataques em grande escala, dada a superioridade das forças

dos EUA e da Coreia do Sul.

A Agência Central de Notícias da Coreia do Norte (KCNA, na sigla em inglês) afirmou que a recente demolição de partes das seções norte das estradas e ferrovias intercoreanas foi "uma medida inevitável e legítima em conformidade com a constituição da Coreia do Norte, que define claramente a Coreia do Sul como um estado hostil".

ANTIUNIFICAÇÃO

O Ministério da Unificação da Coreia do Sul condenou a referência da Coreia do Norte à Coreia do Sul como um estado

hostil em sua constituição, chamando isso de "um ato antiunificação e antinacional". O governo sul-coreano afirmou que responderá firmemente a qualquer provocação e continuará a buscar a unificação pacífica com base nos princípios de liberdade e democracia.

O parlamento da Coreia do Norte se reuniu por dois dias na semana passada para reescrever a constituição, mas a mídia estatal não havia fornecido muitos detalhes sobre a sessão. O líder Kim Jong Un já havia solicitado a mudança constitucional para designar a Coreia do Sul como o

principal inimigo do país, removendo o objetivo de uma unificação pacífica da península coreana e redefinindo a soberania e território da Coreia do Norte.

Alguns especialistas dizem que Kim provavelmente está tentando se proteger contra a influência cultural da Coreia do Sul e fortalecer o regime dinástico de sua família. Outros acreditam que Kim quer criar espaço legal para usar suas armas nucleares contra a Coreia do Sul, tratando-a como um Estado inimigo estrangeiro, e não como um parceiro em potencial para a unificação.

MÉXICO

Ex-líder da guerra às drogas é condenado a 38 anos de prisão

O homem uma vez aclamado como o arquiteto da guerra do México contra os cartéis de drogas foi condenado a mais de 38 anos em uma prisão nos Estados Unidos na última quarta-feira, por ter recebido subornos massivos para ajudar traficantes de drogas.

Genaro García Luna, ex-secretário de segurança pública do México, foi condenado por um júri de Nova York em 2023 por ter aceito milhões de dólares em subornos para proteger o violento cartel de Sinaloa, o qual supostamente estava combatendo.

Ele é o mais alto funcionário do governo mexicano a ser condenado nos Estados Unidos. Durante a audiência de sentença perante um juiz federal no Brooklyn na quarta-feira, García Luna manteve sua inocência e afirmou que o caso contra ele foi baseado em informações falsas de criminosos e do governo mexicano. "Eu respeito firmemente a lei", disse ele em espanhol. "Não cometi esses crimes."

García Luna, de 56 anos, liderou a polícia federal do México antes de ocupar um cargo de nível ministerial como principal oficial de segurança de 2006 a 2012, sob o então presidente Felipe Calderón. Na época, García Luna era elogiado como um aliado pelos EUA na luta contra o tráfico de drogas. Mas os promotores dos EUA afirmaram que, em troca de milhões de dólares, ele forneceu inteligência sobre

investigações contra o cartel, informações sobre gangues rivais e a passagem segura de enormes quantidades de drogas.

Após a sentença, Calderón disse na plataforma social X que respeita a decisão do tribunal, mas que nunca teve "provas verificáveis" das atividades criminosas de García Luna. Ele afirmou que enfrentar os cartéis "foi uma das decisões mais difíceis da minha vida. Mas eu faria de novo, porque é a coisa certa a fazer."

Fora do tribunal, um grupo de cerca de 15 manifestantes celebrou o veredicto. Alguns seguravam um banner que dizia, em espanhol, "Calderón sabia", enquanto outros exibiam placas denunciando seu partido político. Os promotores haviam pedido uma pena de prisão perpétua. Os advogados de García Luna argumentaram que ele não deveria receber mais de 20 anos.

O juiz do tribunal distrital dos EUA, Brian Cogan, disse que não foi impressionado pelos elogios que García Luna recebeu por seu trabalho na guerra contra as drogas. "Essa era sua fachada", disse Cogan antes de impor a sentença. "Você é culpado desses crimes, senhor. Não pode se exibir e dizer: 'sou o policial do ano.'" Além da pena de 38 anos e quatro meses, o juiz impôs uma multa de US\$ 2 milhões.

Durante o julgamento, foram exibidas fotos de García Luna cumprimentando o ex-presi-

dente Barack Obama e conversando com a ex-secretária de Estado Hillary Clinton e o ex-senador John McCain. Mas os promotores afirmaram que García Luna secretamente promoveu uma conspiração de tráfico de drogas que resultou na morte de milhares de cidadãos americanos e mexicanos.

Ele garantiu que os traficantes de drogas fossem notificados com antecedência sobre as operações e sabotou operações policiais legítimas destinadas a prender líderes do cartel, disse-ram eles. Os traficantes de drogas conseguiram enviar mais de 1 milhão de quilos de cocaína pelo México e para os Estados Unidos usando aviões, trens, caminhões e submarinos enquanto García Luna ocupava seus cargos, afirmaram os promotores.

Durante o julgamento do ex-líder do Sinaloa, Joaquín "El Chapo" Guzmán, no mesmo tribunal em 2018, um ex-membro do cartel testemunhou que entregou pessoalmente pelo menos US\$ 6 milhões em subornos a García Luna e que membros do cartel concordaram em juntar até US\$ 50 milhões para pagar por sua proteção. "Ele possibilitou o cartel. Ele protegeu o cartel. Ele era o cartel", disse a advogada assistente dos EUA, Saritha Komatireddy, ao juiz na quarta-feira.

García Luna possibilitou um sistema corrupto que permitiu

lenses, cidadãos de outros países, e pelo assassinato de milhares de pessoas inocentes."

"Agora, mais do que nunca, devemos agir de todas as maneiras possíveis para trazer de volta os 101 reféns que ainda estão sendo mantidos em condições horríveis por terroristas do Hamas em Gaza", acrescentou Herzog em um comunicado.

A operação militar israelense em Gaza que matou Sinwar começou após um ataque aéreo israelense, que matou pelo menos 28 pessoas em uma escola, segundo o ministério da Saúde de Gaza. Fares Abu Hamza, chefe da unidade de emergência local do Ministério da Saúde de Gaza, confirmou o número de vítimas do ataque e disse que dezenas de pessoas ficaram feridas. Segundo o oficial, o Hospital Kamal Adwan, nas proximidades, estava lutando para tratar as vítimas. "Muitas mulheres e crianças estão em estado crítico", disse ele.